



**Demonstrações financeiras intermediárias em
31 de março de 2017
e relatório de revisão dos auditores independentes**

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2017

Índice

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras..... 3

Demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações do resultado abrangente....	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Demonstração do valor adicionado.....	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	14

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia CELG de Participações – CELGP
Goiânia – GO

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da **Companhia CELG de Participações – CELG PAR** (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão. Em decorrência dos assuntos descritos nos parágrafos incluídos na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível efetuar procedimentos de revisão suficientes para fundamentar nossa conclusão.

Alcance da revisão

Em função das abstenções não nos foi possível conduzir a revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria e este relatório é emitido com abstenção de opinião.

Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Conforme nota explicativa nº 1 as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Companhia detém de 100% de participação da controlada CELG Geração e Transmissão S.A – CELG GT, e isso totaliza o montante de R\$711.808 mil. Devido a relevância dos saldos destacamos que não recebemos e não identificamos a revisão de sua Controlada das demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2017, com o relatório de auditoria dos auditores independentes, sendo assim, não foram possíveis a realização de nossa revisão. Devido a relevância dos saldos no procedimento de consolidação, destacamos uma limitação de escopo e abstenção de conclusão.

Abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Devido à relevância do assunto descrito no parágrafo “**Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas**”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas acima referidas, de acordo com o Pronunciamento Técnico NBC TG 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. Consequentemente, não expressamos conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias consolidadas.

Ênfase

Passivo a descoberto

Conforme mencionado na nota explicativa nº 22, a Companhia, está com um passivo a descoberto no montante de R\$(1.858.710) mil, dependerá da capacidade de realização de seus ativos e seus investimentos em valores suficientes para cobrir as obrigações circulantes e não circulantes. A Companhia detém para o saneamento parcial da situação de passivo a descoberto junto ao estado de Goiás referente a Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, que totalizaram em 31 de março de 2017 o montante de R\$1.422.416 mil. Adicionalmente, destacamos que o saldo do passivo a descoberto da Companhia totaliza o montante de R\$ 436.294 mil, se houver a integralização do AFAC. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Fomos contratados para revisar, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Entretanto,

em decorrência da relevância dos assuntos descritos no parágrafo “Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias”, não nos foi possível também obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre esta demonstração em relação às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. Conseqüentemente, não expressamos conclusão sobre a DVA acima referida.

Seguros

Mesmo não sendo escopo de nossos trabalhos avaliar a razoabilidade da cobertura de seguros da Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº 25 da Companhia, em 31 de março de 2017, não possui apólice de seguro de seus bens e instalações. Assim sendo, e tomando por base a obrigatoriedade de contratação de seguro patrimonial prevista nos respectivos Contratos de Concessão, a Companhia está em tratativas acerca deste assunto por atividade.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial individual e consolidadas, referente ao período de 31 de março de 2016 e as informações contábeis relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), foram auditados, por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datados de 12 de junho de 2016, respectivamente, praticamente com a mesma ênfase e similar descrita acima.

Blumenau (SC), 15 de maio de 2017.

Berkan Auditores Independentes S.S.

CRC SC-009075/O-7

Bradley Ricardo Moretti

Contador CRC SC-023618/O-6

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Balancos Patrimoniais
Períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NE	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes a Caixa	5	1.008.515	246	1.019.918	40.810
Consumidores	6	-	-	8.319	7.549
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	-	-	(646)	(235)
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	10	-	-	288.851	117.558
Devedores diversos	7	7.169	1.107.327	17.367	1.115.567
Transações com Partes Relacionadas	32	61.194	59.741	-	-
Outros créditos	8	1	1	1	1
Estoques	9	-	-	2.765	2.768
Despesas antecipadas		31	-	969	588
Total do ativo circulante		1.076.910	1.167.315	1.337.544	1.284.606
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Devedores diversos	7	122.702	122.702	124.708	124.463
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	10	-	-	443.673	551.935
Transações com Partes Relacionadas	32	3.319	5.218	-	-
Outros Créditos	8	-	-	16.360	15.871
Total do realizável a longo prazo		126.021	127.920	584.741	692.269
INVESTIMENTOS					
IMOBILIZADO	12	4	4	11.270	11.348
INTANGÍVEL	13	-	-	7.328	432
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		840.535	805.944	747.475	839.274
TOTAL DO ATIVO		1.917.445	1.973.259	2.085.019	2.123.880

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Balancos Patrimoniais
Períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NE	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	16	2	27	10.113	6.209
Obrigações Sociais e Trabalhistas	21	-	-	869	1.254
Tributos e Contribuições Sociais	17	295.146	292.962	299.060	295.310
Obrigações Estimadas	18	151	78	3.244	2.829
Empréstimos e Financiamentos	15	-	-	5.407	3.481
Encargos Setoriais	19	-	-	2.025	2.170
Outros Credores	21	52	14	539	463
Total do Passivo Circulante		295.351	293.081	321.257	311.716
NÃO CIRCULANTE					
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	14	1.422.416	1.422.416	1.422.416	1.422.416
Empréstimos e Financiamentos	15	-	-	2.101	4.858
Encargos Setoriais	19	-	-	2.427	2.316
Provisões para Contingências	20.a	20	20	6.310	5.697
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	20.b	583	583	653	653
Outros Credores	21	-	-	130.780	118.975
Transações com Partes Relacionadas	32	2.057.785	2.157.785	2.057.785	2.157.785
Total do Passivo não Circulante		3.480.804	3.580.804	3.622.472	3.712.700
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital realizado	22	973.764	973.764	973.764	973.764
Prejuízos acumulados	22	(2.820.753)	(2.862.669)	(2.820.753)	(2.862.579)
Outros Resultados Abrangentes	22	(11.721)	(11.721)	(11.721)	(11.721)
Total do Patrimônio Líquido		(1.858.710)	(1.900.626)	(1.858.710)	(1.900.536)
TOTAL DO PASSIVO		1.917.445	1.973.259	2.085.019	2.123.880

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**Demonstração dos resultados****Em 31 de março de 2017****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		01/01/2017	01/01/2016	01/01/2017	01/01/2016
	NE	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	-	-	63.864	11.336
CUSTO OPERACIONAL	24	-	-	(22.806)	(13.294)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	41.058	(1.958)
DESPEAS OPERACIONAIS	24	(1.047)	(624)	(6.918)	(5.878)
LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL		(1.047)	(624)	34.140	(7.836)
OUTRAS RECEITAS	23.3.2	-	430	363	483
OUTRAS DESPEAS	24	-	(12.880)	-	(12.880)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS/DESPEAS FINANCEIRAS, EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E IMPOSTOS		(1.047)	(13.074)	34.503	(20.233)
RESULTADO FINANCEIRO	28	13.351	(32.921)	14.443	(29.564)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL/GANHOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		33.790	(1.670)	9.561	2.510
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		46.094	(47.665)	58.507	(47.287)
PROVISÃO PARA A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA	29	(4.178)	-	(16.591)	(378)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(4.178)	-	(4.811)	(378)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		-	-	(11.780)	-
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		41.916	(47.665)	41.916	(47.665)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		41.916	(47.665)	41.916	(47.665)
RESULTADO POR AÇÃO	30				
Resultado por ação ordinária - básico		1,279	(1,454)	1,279	(1,454)
Resultado por ação ordinária - diluído		1,279	(1,454)	1,279	(1,454)
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Resultado por ação ordinária - básico		1,279	(1,454)	1,279	(1,454)
Resultado por ação ordinária - diluído		1,279	(1,454)	1,279	(1,454)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**Demonstração dos resultados abrangentes**

Em 31 de março de 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2017	01/01/2016	01/01/2017	01/01/2016
	-	-	-	-
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	41.916	(47.665)	41.916	(47.665)
Resultado Abrangente do Período	41.916	(47.665)	41.916	(47.665)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) - Individual
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2015 Apresentados Anteriormente	973.764	(4.309.769)	(11.552)	(3.347.557)
Ajuste do Exercício Anterior	-	3.074	-	3.074
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2015 Ajustados	973.764	(4.306.695)	(11.552)	(3.344.483)
Prejuízo Líquido do Período	-	(47.665)	-	(47.665)
Saldos em 31 de março de 2016	973.764	(4.354.360)	(11.552)	(3.392.148)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	973.764	(2.862.669)	(11.721)	(1.900.626)
Lucro Líquido do Período	-	41.916	-	41.916
Saldos em 31 de março de 2017	973.764	(2.820.753)	(11.721)	(1.858.710)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) - Consolidado
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2015 Apresentados Anteriormente	973.764	(4.309.769)	(11.552)	(3.347.557)
Ajuste do Exercício Anterior	-	3.074	-	3.074
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2015 Ajustados	973.764	(4.306.695)	(11.552)	(3.344.483)
Prejuízo Líquido do Período	-	(47.665)	-	(47.665)
Saldos em 31 de março de 2016	973.764	(4.354.360)	(11.552)	(3.392.148)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	973.764	(2.862.669)	(11.721)	(1.900.626)
Lucro Líquido do Período	-	41.916	-	41.916
Saldos em 31 de março de 2017	973.764	(2.820.753)	(11.721)	(1.858.710)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**Demonstração dos fluxos de caixa – Método direto****Em 31 de março de 2017****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
<u>Recebimentos:</u>				
Recebimentos de Clientes	-	-	16.912	16.722
<u>Pagamentos:</u>				
- Fornecedores	(148)	(121)	(2.825)	(2.044)
- Salários e Encargos	(699)	(392)	(9.528)	(6.083)
- Outras Desp Operacionais e Administrativas	(8)	(1)	(397)	(424)
- Tributos	(127)	(4)	(6.664)	(10.077)
Resultado Financeiro	6.993	18	7.630	2.806
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL LÍQUIDO	6.011	(500)	5.128	900
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
- Caixa Usado no Imobilizado, Investimentos, Ativo Financeiro e Intangível	-	-	(30.940)	(21.167)
- Devolução de Recursos Estado de Goiás	(100.000)	-	(100.000)	-
- Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital em Controlada	(2.700)	(1.179)	-	-
- Recebimento de Dividendos	-	-	1.376	-
- Recebimento de Alienação de Participação Societária	1.104.303	-	1.104.303	-
- Outros	-	-	(36)	(8)
FLUXO DE CAIXA - INVESTIMENTOS LÍQUIDOS	1.001.603	(1.179)	974.703	(21.175)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
- Recebimento de Mútuo com Controlada	655	-	-	-
- Pagamentos de Serviço da Dívida	-	-	(723)	(835)
- Recebimento de Empréstimos Concedidos	-	-	-	49.110
FLUXO DE CAIXA - FINANCIAMENTOS LÍQUIDOS	655	-	(723)	48.275
CAIXA LÍQUIDO DO PERÍODO	1.008.269	(1.679)	979.108	28.000
Saldo inicial de Caixa e Equivalentes	246	1.690	40.810	72.943
Saldo final de Caixa e Equivalentes	1.008.515	11	1.019.918	100.943
	1.008.269	(1.679)	979.108	28.000

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Demonstração dos valores adicionados
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receita Operacional	-	-	52.272	17.158
Receita de Construção de Ativos Próprios	-	-	16.417	1.290
Provisões/Reversões - Créditos Liquidação Duvidosa	-	-	(411)	(21)
Outros Resultados	-	(12.450)	363	(12.437)
	-	(12.450)	68.641	5.990
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	153	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	65	70	17.636	3.043
Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos	-	-	-	5.746
Outros Custos Operacionais	59	53	1.478	736
	124	123	19.267	9.525
VALOR ADICIONADO BRUTO	(124)	(12.573)	49.374	(3.535)
QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO				
Depreciação, amortização e exaustão	-	-	234	486
	-	-	234	486
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	(124)	(12.573)	49.140	(4.021)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas Financeiras	14.306	1.978	16.036	5.975
Receitas de Aluguéis e Dividendos	-	-	52	45
Resultado da Equivalência Patrimonial	33.790	(1.670)	9.561	2.510
	48.096	308	25.649	8.530
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	47.972	(12.265)	74.789	4.509
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL	761	410	8.076	7.162
GOVERNO	4.340	91	23.313	9.681
FINANCIADORES	955	34.899	1.484	35.331
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	41.916	(47.665)	41.916	(47.665)
	47.972	(12.265)	74.789	4.509

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1 Contexto operacional da CELGP

A Companhia Celg de Participações - CELGP detém participação societária na seguinte sociedade, na data-base de 31 de março de 2017:

CONTROLADA	% DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA
CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG GT	100 %

2. Contexto operacional da controladora CELG GT

A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – CELG GT é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Celg de Participações – CELGP, constituída em 15 de dezembro de 2005, com início das suas operações a partir de 1º de setembro de 2006, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Goiás – CELG, determinado pelo Governo Federal conforme a Lei nº. 10.848, de 15 de março de 2004.

A Controlada CELG GT detém junto à ANEEL as seguintes concessões:

Geração	Localidade	Estado	Contrato	Data da concessão	Vencimento	Capacidade instalada (MW)	Capacidade utilizada (MW)
Hidrelétricas:							
São Domingos	Rio São Domingos	GO	62/2000	22/05/1981	24/05/2011	12,000	12,000
Mambaí	Rio Corrente	GO	62/2000	17/01/1973	07/07/2015	0,350	0,350
Mosquito	Rio Mosquito	GO	62/2000	25/08/2000	07/07/2015	0,360	0,360
Rochedo	Rio Meia Ponte	GO	02/2016	05/01/2016	05/01/2046	4,000	4,000
						16,710	16,710

São Domingos: Apesar da concessão estar vencida, a CELG GT continua operando a usina por autorização, conforme Portaria nº 352, de 10 de outubro de 2013, do Ministério de Minas e Energia - MME. Em 14 de março de 2008 foi solicitada a renovação da concessão pela administração da CELG GT, estando esta renovação em discussão administrativa junto ao MME, bem como na esfera judicial. O MME, por intermédio da Portaria nº 218, de 15 de maio de 2015, também determinou a promoção do leilão desta concessão, sendo que a CELG GT conseguiu, por via judicial, retirá-la do certame. O Anexo I da Portaria nº 218 foi alterado pela Portaria nº 300, de 24 de junho de 2015, retirando a Usina de São Domingos da licitação.

Mambaí: A CGH Mambaí foi extinta em função do seu alagamento para construção da PCH Mambaí II. Em função disso, é disponibilizado energia pelo período integral de concessão obtido pela exploração da citada Pequena Central Hidrelétrica Mambaí II e de suas eventuais prorrogações, no montante mensal de 203,792 MWh, como contraprestação ao bloco de energia

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

que a CGH Mambá I deixou de produzir mensalmente a partir de sua efetiva paralisação. A forma de pagamento se dá através da entrega dos montantes descritos acima na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Mosquito: A CGH Mosquito está paralisada e o sítio encontra-se em estudo, para implantação do aproveitamento ótimo, em fase de licenciamento ambiental. As Centrais de Geração Hidrelétrica estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas ser comunicado ao órgão regulador o seu funcionamento para fins de registro.

Rochedo: A concessão da Usina Rochedo venceu em 07/07/2015. Contudo, a CELG GT continuou operando a usina por autorização, conforme Portaria nº 254, de 11 de junho de 2015, do Ministério de Minas e Energia - MME, até a data de 04/01/2016. A partir de 05/01/2016 começou a vigorar o Contrato de concessão nº 02/2016 para prestação de serviço de geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, nos termos do art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Transmissão	Localidade	Contrato de concessão	Data da concessão	Vencimento	Capacidade instalada (MVA/MVAr) Subestações	Extensão (km) Linhas de transmissão
Subestações e linhas:						
Rede básica ¹	Goiás	63/2001	07/07/1995	05/12/2042	2.154	725
Rede básica ²	Goiás / Minas Gerais	03/2015	06/03/2015	06/03/2045	-	11
Rede básica ³	Goiás	04/2016	20/01/2016	20/01/2046	300	-
					2.454	736

¹ Concessão composta por 12 subestações de transmissão de 230 kV e 14 linhas de transmissão na tensão de 230 kV.

² Concessão composta pela LT 230 kV Itumbiara - Paranaíba - C2. Em fase pré-operacional.

³ Concessão composta pela SE 500 kV Luziânia - Compensador Estático 500 kV - (-150/+300) Mvar. Em fase pré-operacional.

Em atendimento ao item 6 da ITG 17 – Contratos de Concessão: Evidenciação, as divulgações significativas dos contratos de concessão de Geração e Transmissão de Energia Elétrica encontram-se relacionadas na Nota Explicativa 32-a – Outras Informações, incluindo os efeitos advindos do Decreto nº. 7.805, de 14 de setembro de 2012, que regulamentou a MP nº. 579/2012.

Evidencia-se abaixo a apresentação das informações previstas no subitem c, do item 6 da ITG 17:

CONTRATO	ATIVIDADE	DIREITOS DE USO	OPÇÃO DE RENOVACÃO	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL/SOCIETÁRIA
62/2000	Geração	Previstos a exploração até o final da concessão.	1) Não exercido para as Usinas de Rochedo, Mosquito e Mambá; 2) Exercido para a Usina de São Domingos. Em discussão administrativa e judicial.	Classificado como Ativo Imobilizado, cuja remuneração é estipulada pelas respectivas Receitas Anuais Permitidas – RAP desta atividade.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

02/2016 (a)	Geração	Previstos a exploração até o final da concessão.	Previsto em Contrato.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.
63/2001	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Exercido conforme assinatura do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.
03/2015	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Previsto em Contrato.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.
04/2016	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Previsto em Contrato.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.

(a)A Controlada Celg GT efetuou a reclassificação deste contrato de concessão do Ativo Imobilizado para o Ativo Financeiro no 2º trimestre de 2016, visto o mesmo encontrar-se dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1).

3. Bases de elaboração e apresentação

As informações trimestrais individuais, identificadas como “Controladora” e as informações trimestrais consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

As informações trimestrais foram aprovadas e autorizadas para divulgação pelo Conselho Fiscal em 15 de maio de 2017.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações contábeis da controladora e de cada uma de suas controladas, incluídas nas informações trimestrais consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

3.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Conforme o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais práticas contábeis são as mesmas que as divulgadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016. Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas nas notas explicativas 2.4 e 3, daquelas demonstrações financeiras.

3.3. Procedimentos de consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações trimestrais da CELGP e de sua controlada, ativos e passivos de operações em conjunto e entidades estruturadas consolidadas.

A companhia não apresentou alterações significativas no conjunto de empresas consolidadas no período findo em 31 de março de 2017, em relação a 31 de dezembro de 2016.

4. Principais práticas contábeis

A Companhia declara que as principais práticas contábeis, constantes na nota explicativa 2 das demonstrações financeiras do exercício de 2016, permanecem válidas para estas Informações Trimestrais – ITR de 31 de março de 2017.

4.1. Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

A Companhia e suas controladas adotaram todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC, quando aplicável, que estavam em vigor em 31 de março de 2017. Não foram emitidos novos pronunciamentos além daqueles divulgados nas demonstrações financeiras do exercício de 2016.

A Companhia adotará, se aplicável, tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Caixa e depósitos bancários a vista	1	-	153	130
Aplicações financeiras de curto prazo	1.008.514	246	1.019.765	40.680
TOTAL	1.008.515	246	1.019.918	40.810

As aplicações financeiras correspondem às seguintes aplicações: a) Banco Cooperativo do Brasil S.A. – SICOOBJURISCREDCELG, na modalidade RDC – Longo Pós CDI; b) Caixa Econômica Federal – CAIXA, na modalidade CDB FLEX Empresarial; c) Banco Itaú S.A., em fundos de investimento; d) Banco Credit Suisse (Brasil) S.A., em CDB; e e) Banco Bradesco S.A., em CDB.

Todas as aplicações têm a opção de resgate total ou parcial antecipado, e rendimento flutuante, tendo como índice base o CDI, e liquidez a partir de 30 (trinta) dias.

6. Consumidores

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO	
	31/03/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		
Concessionárias		
- Suprimento	737	866
- Encargos de uso da rede elétrica	6.406	6.493
- Energia Elétrica de Curto Prazo	1.176	156
Total	8.319	7.515
Outras Rendas		
- Outras Rendas	-	34
Total	-	34
TOTAL CIRCULANTE	8.319	7.549

Composição do Contas a Receber:

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO						
	VINCENDOS	31/03/2017			TOTAL	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID.	SALDO
		VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	31/03/2017			
Concessionárias							
Suprimento	648	19	70	737	-	737	
Encargos Uso Rede Elétrica	5.843	224	339	6.406	-	6.406	
Energia Elétrica de Curto Prazo	293	288	595	1.176	-	1.176	
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(646)	(646)	
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	6.784	531	1.004	8.319	(646)	7.673	
TOTAL DO CIRCULANTE	6.784	531	1.004	8.319	(646)	7.673	

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONSUMIDORES	31/12/2016					
	VINCENDOS	VENCIDOS	VENCIDOS	TOTAL	PROV. P/CRÉD	SALDO
		ATÉ 90 DIAS	HÁ MAIS DE 90 DIAS	31/12/2016	LIQ. DUVID. 31/12/2016	31/12/2016
Concessionárias						
Suprimento	789	26	51	866	-	866
Encargos Uso Rede Elétrica	6.053	121	319	6.493	-	6.493
Energia Elétrica de Curto Prazo	156	-	-	156	-	156
Outras Rendas	34	-	-	34	-	34
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(235)	(235)
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	7.032	147	370	7.549	(235)	7.314
TOTAL DO CIRCULANTE	7.032	147	370	7.549	(235)	7.314

a. Os valores correspondentes às operações junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foram registrados levando-se em consideração as informações divulgadas por ela. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil por este órgão, os valores são estimados pela Controlada.

b. Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD, consolidada no trimestre findo em 31 de março de 2017:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO CIRCULANTE
Saldo em 31 de dezembro de 2016	235
Provisão no período	411
Saldo em 31 de março de 2017	646

c. A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCLD é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

7. Devedores diversos

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	31/03/2017		31/12/2016		31/03/2017		31/12/2016	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
CRÉDITOS FISCAIS								
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	-	-	-	-	1.006	-	868	-
IRPJ - Antecipação do Tributo Anual	-	-	-	-	605	-	-	-
CSLL - Antecipação do Tributo Anual	-	-	-	-	262	-	-	-
CSLL Retida na Fonte	-	-	-	-	49	-	-	-
Saldo Negativo de IRPJ e CSLL	-	-	-	-	3.873	-	4.106	-
Outras Antecipações	-	-	-	-	1.899	-	1.364	-
Outros Tributos Federais - inclui IOF	2.061	-	-	-	2.061	-	-	-
SUBTOTAL	2.061	-	-	-	9.755	-	6.338	-
DEMAIS DEVEDORES DIVERSOS								
Fornecedores	-	-	-	-	167	-	-	-
Empregados	-	-	-	-	1	-	1	-
Celg Distribuição S.A. - Celg D - Mútuo Celgpar (a)	5.108	122.702	3.024	122.702	5.108	122.702	3.024	122.702
Enel Brasil S.A. (b)	-	-	1.104.303	-	-	-	1.104.303	-
Outros	-	-	-	-	2.336	2.006	1.901	1.761
SUBTOTAL	5.108	122.702	1.107.327	122.702	7.612	124.708	1.109.229	124.463
TOTAL GERAL	7.169	122.702	1.107.327	122.702	17.367	124.708	1.115.567	124.463

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Contrato particular de mútuo financeiro efetuado entra a Celgpar e a Celg D, no exercício social de 2014, com carência de 3 anos e remunerado à 6,8% a.a.;
- (b) Valor a receber da Enel Brasil S.A., objeto da alienação de 49% das ações da Celg D, referente ao leilão destas ocorrido em 30 de novembro de 2016.

8. Outros créditos

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016		
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	15.992	-	15.539
Depósitos Judiciais e Cauções	1	1	1	368	1	332
TOTAL	1	1	1	16.360	1	15.871

9. Estoques

Os estoques são compostos de materiais destinados à manutenção e operação das instalações, bem como de materiais de consumo na administração.

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/03/2017	31/12/2016
Estoques	2.765	2.768
TOTAL	2.765	2.768

10. Ativo financeiro – Bens da concessão de geração e transmissão

Os bens utilizados na execução dos serviços de construção, operação e manutenção da concessão de geração (Usina Rochedo) e transmissão de energia elétrica, na controlada Celg GT, estão registrados no ativo financeiro em atendimento à ITG 01 e CTG 05 – Contratos de Concessão. Os valores abaixo refletem a situação destes ativos:

ATIVO FINANCEIRO CONTRATO	LOCALIDADE	CONSOLIDADO					
		31/03/2017			31/12/2016		
		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Contrato de Concessão nº 063/2001	Transmissão	270.951	390.198	661.159	108.632	495.846	604.480
Portaria MME nº 352/2013	Usina São Domingos	4.249	15.161	19.410	3.352	15.454	18.806
Contrato de Concessão nº 03/2015	LT 230 KV Itumbiara - Paranaíba	2.605	6.096	8.701	596	5.083	5.679
Contrato de Concessão nº 02/2016	Usina Rochedo	7.285	9.131	16.416	4.978	18.229	23.207
Contrato de Concessão nº 04/2016	SE 500 KV Luziânia	3.751	23.087	26.838	-	17.321	17.321
		288.851	443.673	732.524	117.558	551.935	669.493

Abaixo a movimentação do Ativo Financeiro – Bens da Concessão:

LOCALIDADE	CONSOLIDADO							
	31/12/2016	Receita Financeira da Concessão	Serviços de Construção ou Melhoria	Serviços de Operação e Manutenção	Reccebimentos (RAP/RAG) ou Indenização	Laudo RBSE/RPC	Outras Adições e Baixas	31/03/2017
Transmissão	604.480	14.901	2.560	10.068	(14.080)	22.564	20.666	661.159
Usina São Domingos	18.806	604	-	907	(907)	-	-	19.410
LT 230 KV Itumbiara - Paranaíba	5.679	146	4.762	-	-	-	(1.886)	8.701
Usina Rochedo	23.207	483	-	695	(1.007)	-	(6.962)	16.416
SE 500 KV Luziânia	17.321	422	9.095	-	-	-	-	26.838
	669.493	16.556	16.417	11.670	(15.994)	22.564	11.818	732.524

No contexto da Controlada Celg GT observa-se que no dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579/2012 (“MP 579”) que regulamentou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, outorgadas antes da

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

publicação da Lei nº 8.987, de 1995, e alcançadas pela Lei nº 9.074 de 1995. Em 14 de setembro de 2012, foi publicado o Decreto 7.805 que regulamentou a MP 579.

De acordo com a MP 579, as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, vencidas ou vincendas nos 60 meses subsequentes à publicação da referida MP, tinham a opção de ter o vencimento antecipado para dezembro de 2012, com prorrogação, a critério do Poder Concedente uma única vez pelo prazo de até 30 anos, entretanto, para a atividade de transmissão, a prorrogação dependeria da aceitação expressa, dentre outras, das seguintes e principais condições: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela ANEEL; ii) valores estabelecidos pela indenização dos ativos; e iii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL.

Através das Resoluções Normativas 589 e 596, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para fins de indenização, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) para os ativos de transmissão existentes em 31 de maio de 2000 ainda não depreciados (RBSE) e os critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, de aproveitamentos hidrelétricos, cujas concessões foram prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783, critérios estes aplicáveis, por sua vez à Controlada Celg GT.

De acordo com a Resolução Normativa 589, de 10 de dezembro de 2013, foi apresentado à ANEEL o laudo de avaliação dos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000 (“Laudo de Avaliação”), para fins do processo de indenização das instalações da denominada Rede Básica do Sistema Existente – RBSE (“RBSE”) prevista no Artigo 15, § 2º da Lei 12.783/2013. Em 31 de julho de 2015, a Controlada Celg GT protocolou na ANEEL o Laudo de Avaliação dos Ativos elaborado por empresa independente credenciada pela agência reguladora, relativo aos bens existentes em 31 de maio de 2000, cujo montante pleiteado para efeitos de reconhecimento totalizava R\$ 254.376 mil. Em 07 de junho de 2016, através do Despacho nº 1.505, foi homologado pela ANEEL o montante de R\$ 227.104 mil, relativo às instalações da RBSE.

O valor contábil, até então mantido pelo custo histórico, dos gastos relacionados aos investimentos, ampliações e/ou melhorias nos ativos da RBSE, referente à concessão prorrogada de transmissão perfaziam R\$ 138.498 mil, na data base de 30.09.2016, devidamente escriturados na Controlada Celg GT.

Em 20 de abril de 2016, o Ministério das Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 120 que regulamentou as condições de recebimento das indenizações relativas aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados RBSE e demais Instalações de Transmissão – RPC (“RPC”), não depreciados e não amortizados, conforme parágrafo segundo do artigo 15 da Lei 12.783/2013.

São abrangidos pela Portaria os ativos reversíveis que não estavam depreciados até 31 de dezembro de 2012, quando a Controlada Celg GT teve antecipado o vencimento do Contrato de Concessão nº 063/2001, nos termos da Lei nº 12.783/2013 (conversão da MP 579/12).

A remuneração desses ativos se dará pela seguinte forma:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Pelo custo do capital correspondente aos ativos, composto por remuneração e depreciação acrescidos dos devidos tributos a partir do processo tarifário de 2017, sendo que a remuneração será dada através do Custo Médio Ponderado de Capital e a depreciação será paga em função da vida útil de cada ativo incorporado à Base de Remuneração Regulatória;
- O custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário será atualizado e remunerado pelo custo de capital próprio. A partir do processo tarifário de 2017 o custo de capital será remunerado pelo Custo Médio Ponderado de Capital pelo prazo de oito anos;
- Para as empresas que ainda não tiveram os valores homologados foi considerado como melhor estimativa da Administração o laudo de fiscalização emitido pela ANEEL.

A referida Portaria cita que os valores devidos vão compor a base de remuneração regulatória da Controlada Celg GT, ou seja, serão repassados às tarifas de energia dos consumidores e que isso será iniciado a partir do processo tarifário de 2017. Além de remunerar os ativos, a Portaria também estabelece que o custo de capital incorrido pela Controlada Celg GT possa ser incluído nos referidos valores.

Em 31 de março de 2017, a Controlada Celg GT efetuou sua estimativa dos valores atualizados até essa data, conforme Nota Técnica nº 336/2016-SGT/ANEEL, reconhecendo contabilmente o devido ajuste nos Ativos Financeiros da Concessão de Transmissão, conforme quadro abaixo:

Transmissão	31/03/2017	31/12/2016
Saldo histórico dos ativos RBSE/RPC	138.498	138.498
Diferença entre o VNR e o saldo histórico	88.606	88.606
Valor homologado pela ANEEL	227.104	227.104
Atualização - IPCA e remuneração	263.206	240.642
Valor total do ativo financeiro atualizado	490.310	467.746
Efeitos no Resultado	31/03/2017	31/03/2017
Receita operacional	351.812	329.248
Provisão de imposto de renda e contribuição social	(119.616)	(111.944)
Efeito líquido	232.196	217.304

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimentos

INVESTIMENTOS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Participação na Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT	711.808	678.018	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital na Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT	2.700	-	-	-
Participações Societárias Permanentes (c)	2	2	47	46
Energética Corumbá III S/A - ECIII (a)	-	-	63.859	63.588
Energética Fazenda Velha (b)	-	-	4.703	4.537
SPE Pantanal Transmissão S.A. (d)	-	-	30.841	29.201
SPE Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (d)	-	-	25.767	18.780
SPE Lago Azul Transmissão S.A. (e)	-	-	19.166	19.271
Firminópolis Transmissão S.A. (f)	-	-	(247)	(198)
TOTAL	714.510	678.020	144.136	135.225

(a) A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT controla de forma conjunta o Consórcio Empreendedor Corumbá III, que tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Corumbá III na qualidade Produtores Independentes de Energia. A usina encontra-se em operação comercial desde 24 de outubro de 2009, com capacidade instalada de 93,6 MW. Abaixo a distribuição do quadro societário deste Consórcio:

Acionistas - Energética Corumbá III ECIII	Participação
CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	37,5%
Strata Construtora e Concessionária Integradas S.A.	6,5%
Geração CIII S.A.	15,6%
Energy Power Ltda.	2,9%
CEB - Companhia Energética de Brasília	37,5%
	100,0%

(b) Valor referente à participação e aportes para futuro aumento de capital, efetuados pela Controlada Celg GT, na Energética Fazenda Velha, situada no município de Jataí – Estado de Goiás. Abaixo a distribuição do quadro societário deste Empreendimento:

Empreendimento	Acionistas	Participação
Energética Fazenda Velha S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	20,0%
	Construtora Vilela e Carvalho Ltda.	26,7%
	CCN - Construções e Comércio Ltda.	26,7%
	Luana - Administração & Participações Ltda.	26,6%
TOTAL		100,0%

A Energética Fazenda Velha registrou em seu Balancete Patrimonial de 31 de janeiro de 2016, ajustes do exercício anterior encerrado em 31.12.2015, determinados pelos seus Auditores Independentes, no valor negativo de R\$ 162 mil, acarretando a rerepresentação retrospectiva do Balanço Patrimonial e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido da Celgpar, em 31 de dezembro de 2016.

(c) Trata-se de integralização de capital, efetuada pela Controladora e pela Controlada Celg GT, referente à participação na Cooperativa de Crédito dos Empregados da Celg (SICOOB JURISCREDCELG).

(d) SPE referentes ao Leilão ANEEL nº. 02/2013, correspondendo aos empreendimentos dos Lotes abaixo relacionados, tendo sido constituídas, em agosto de 2013, as seguintes Sociedades de Propósito Específico (SPE): Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

S.A. (Lote B - 10% de participação) e Pantanal Transmissão S.A. (Lote F - 49% de participação):

- LOTE B: LT 500 kV Brasília Leste - Luziânia – DF/GO - C1 e C2
 SE Brasília Leste 500/138 kV - (6+1)X180MVA
 LT 230 kV Brasília Geral - Brasília Sul - C3 (subterrânea)
 LT 345 kV Brasília Sul - Samambaia - C3
- LOTE F: SE Campo Grande II 230/138 kV, 2x150 MVA - MS

A Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. alterou seu Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2015, após a Controlada Celg GT ter registrado a Equivalência Patrimonial, fundamentada em informações oficiais encaminhadas por esta investida, quando da autorização para a divulgação das Demonstrações Financeiras da Controlada Celg GT. Desta forma, foi reconhecido ajuste do exercício anterior encerrado em 31.12.2015, no valor positivo de R\$ 1.819 mil, acarretando a reapresentação retrospectiva do Balanço Patrimonial e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido da Celpar, em 31 de dezembro de 2016.

Abaixo a distribuição do quadro societário destes dois empreendimentos, com a participação da Controlada Celg GT:

Empreendimento	Acionistas	Participação
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	10,0%
	Fundo de Investimentos em Participações Caixa-Milão	51,0%
	Furnas Centrais Elétricas S.A.	39,0%
TOTAL		100,0%
Empreendimento	Acionistas	Participação
Pantanal Transmissão S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	49,0%
	CEL Engenharia Ltda.	51,0%
TOTAL		100,0%

(e) SPE referente ao Leilão ANEEL nº. 07/2013, correspondendo ao empreendimento do Lote abaixo relacionado, tendo sido constituído a Sociedade de Propósito Específico (SPE) Lago Azul Transmissão S.A.:

- LOTE D: LT 230 kV Barro Alto – Itapaci – GO, C2.

Abaixo a distribuição do quadro societário deste empreendimento, com a participação da Controlada Celg GT:

Empreendimento	Acionistas	Participação
Lago Azul Transmissão S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	50,1%
	Furnas Centrais Elétricas S.A.	49,9%
TOTAL		100,0%

(f) SPE Firminópolis Transmissão S.A.:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Controlada Celg GT participou do Leilão ANEEL nº. 05/2015, tendo vencido o Lote L, para a construção de subestações e linhas de transmissão da Rede Básica, referente à LT 230 kV Trindade – Firminópolis. Para a implantação e exploração desse empreendimento foi constituída, em fevereiro de 2016, a SPE Firminópolis Transmissão S.A., sendo a participação da Controlada Celg GT de 49% (quarenta e nove) por cento do capital social.

11.1. Investimentos Diretos em Controlada

As principais informações sobre os investimentos em Controlada são apresentadas a seguir:

DESCRICÃO	INVESTIMENTO DA CELGP NA	
	CONTROLADA	
	CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. CELG GT	
	31/03/2017	31/12/2016
Capital Social da Controlada	378.325	378.325
Quantidade de Ações	329.725	329.725
Percentual da Participação Societária	100%	100%
Patrimônio Líquido da Controlada - Apresentado Anteriormente	678.018	377.663
Ajuste de Exercício Anterior no Patrimônio Líquido da Controlada	-	3.074
Patrimônio Líquido da Controlada - Após Ajuste de Exercício Anterior	678.018	380.737
Investimento antes da Equivalência Patrimonial	678.018	380.737
Aumento de Capital na Controlada	-	112.819
Outros Resultados Abrangentes	-	(70)
Resultado da Equivalência Patrimonial na Controlada	33.790	242.484
Dividendos mínimos obrigatórios - Controlada	-	(57.952)
Valor Patrimonial do Investimento na Controlada	711.808	678.018

12. Imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado são registrados ao custo de aquisição ou construção e deduzidos da depreciação e amortização acumulada.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, sendo que as principais taxas de depreciação, por macroatividade, estão discriminadas na Resolução nº 674, de 11 de agosto de 2015. O valor recuperável destes ativos, estimado com base no valor em uso calculado pelos fluxos de caixa futuros, superou o seu valor contábil, portanto não houve perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				
	31/03/2017				31/12/2016
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Em serviço: Móveis e Utensílios	17	10,00%	(13)	4	4
TOTAL	17		(13)	4	4

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO				
	31/03/2017				31/12/2016
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Em serviço:					
Reservatórios, Barragens e adutoras	3.184	2,85%	(1.875)	1.309	1.325
Terrenos	1	0,00%	-	1	1
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	713	3,69%	(549)	164	164
Máquinas e Equipamentos	4.451	4,59% e 6,54%	(2.214)	2.237	2.352
Veículos	632	6,43%	(271)	361	394
Móveis e Utensílios	113	10% e 6,43%	(69)	44	48
Subtotal	9.094		(4.978)	4.116	4.284
Em curso:					
Geração	3.350		-	3.350	3.334
Administração Central	3.804		-	3.804	3.730
Subtotal	7.154		-	7.154	7.064
TOTAL	16.248		(4.978)	11.270	11.348

Movimentação:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/03/2017	Saldos em 31/12/2016	Depreciação		Saldos em 31/03/2017
				Adições		
Imobilizado em Serviço - Geração	-	-	1.350	-	(17)	1.333
Imobilizado em Serviço - Administração Central	4	4	2.934	-	(151)	2.783
Total em Serviço	4	4	4.284	-	(168)	4.116
Imobilizado em Curso - Geração	-	-	3.334	16	-	3.350
Imobilizado em Curso - Administração Central	-	-	3.730	74	-	3.804
Total em Curso	-	-	7.064	90	-	7.154
Total do Imobilizado	4	4	11.348	90	(168)	11.270

a. Vinculação do Imobilizado - de acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução Normativa ANEEL nº 691/2015 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para a aplicação na concessão.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica – São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, Estados, Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração e transmissão, cuja quitação ocorrerá no final da concessão.

c. Imobilizado em Curso – Referem-se, substancialmente, às obras de expansão em andamento do sistema de geração e transmissão.

Nos termos do item 79 da NBC TG 27 - R3 (Ativo Imobilizado), apresenta-se abaixo as seguintes divulgações:

- 1) Valor contábil do ativo imobilizado que esteja temporariamente ocioso: inexistem ativos imobilizados que estejam temporariamente ociosos;
- 2) Valor contábil bruto de qualquer ativo imobilizado totalmente depreciado que ainda esteja em operação: R\$14.547 mil, pertinente aos ativos imobilizados de geração da Controlada Celg GT;
- 3) Valor contábil de ativos imobilizados retirados de uso do ativo e não classificados como mantidos para venda: inexistentes;
- 4) Valor justo do ativo imobilizado, quando este for materialmente diferente do valor contábil apurado pelo método de custo: inexistente.

13. Ativo intangível

O saldo consolidado em 31 de março de 2017 diz respeito aos direitos de servidão de passagem e utilização do bem público, cuja vida útil é indefinida e softwares de vida útil definida, com prazos de amortização de 20% ao ano.

ATIVO INTANGÍVEL	CONSOLIDADO	
	31/03/2017	31/12/2016
Ativo Intangível	7.328	432
TOTAL	7.328	432

Movimentação do Ativo Intangível no período:

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2016	CONSOLIDADO		Saldos em 31/03/2017
		Adições / Unitizações	Amortização	
Intangível	432	6.962	(66)	7.328
Total do Intangível	432	6.962	(66)	7.328

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Adiantamentos para futuro aumento de capital

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	1.422.416	1.422.416	1.422.416	1.422.416
TOTAL	1.422.416	1.422.416	1.422.416	1.422.416

Refere-se aos seguintes Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo acionista majoritário Estado de Goiás no ano de 2011: 1) R\$ 8.725 mil, para atendimento às despesas administrativas e operacionais, e para o pagamento das obrigações com a controlada Celg GT, decorrentes do contrato de mútuo efetuado para suprir a operação da Celgpar; e 2) R\$ 100.000 mil, objeto do Protocolo de Intenções assinado pelo Estado de Goiás e Eletrobrás, com vistas ao saneamento econômico-financeiro da CELG D. O saldo anterior de R\$ 3.275 mil também foi adiantado pelo acionista majoritário com vistas à manutenção da operação da Celgpar. No ano de 2012 foi adiantado pelo acionista majoritário o valor de R\$ 1.270.111 mil, objeto da 2ª parcela do empréstimo captado pelo Governo do Estado de Goiás em decorrência do acordo com a Eletrobras e União. Este valor foi posteriormente alocado pela Celgpar na Celg D, tendo sido promovido o aumento de capital nesta empresa em vinte e cinco de setembro de 2012, conforme deliberações da 220ª Assembleia Geral Extraordinária, mediante a emissão de 106.642.366 (cento e seis milhões, seiscentas e quarenta e duas mil, trezentas e sessenta e seis ações ordinárias). Além deste montante, no ano de 2012 foi adiantado o valor de R\$ 2.000 mil para atendimento às despesas administrativas e operacionais da Celgpar. De 31 de dezembro de 2013 até 31 de março de 2017 foi efetuado Adiantamento para Futuro Aumento de Capital pelo Estado na Celgpar no montante de R\$ 38.305 mil.

15. Empréstimos e financiamentos

São detalhados os valores devidos por instituição financeira, moeda contratada, bem como os indexadores dos empréstimos e financiamentos e a distribuição dos valores devidos no passivo não circulante.

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos estão a seguir demonstradas:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	31/03/2017		31/12/2016	
	PRINCIPAL		PRINCIPAL	
EM MOEDA NACIONAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Eletrobras (b)	3.299	-	2.329	1.553
Eletra (a)	2.108	2.101	1.152	3.305
Total em Moeda Nacional	5.407	2.101	3.481	4.858

A descrição das características dos principais empréstimos e financiamentos é a seguinte:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR**Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias**

Em 31 de março de 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a. ELETTRA - refere-se à parcela do saldo devedor junto à ELETTRA dos empregados da Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT, sendo o saldo atualizado com base nas variações acumuladas do INPC e juros de 6% a.a.
- b. Refere-se ao Contrato ECF-2805/2010 formalizado entre a Eletrobras e a Controlada Celg GT, no valor de até R\$15.551 mil, para cobertura dos custos de ampliação da SE Palmeiras – GO. Esse saldo é atualizado a juros de 5% a.a. incidindo, ainda, taxas de administração de 2% a.a. e comissão de reserva de 1% a.a.;
- c. Os contratos de empréstimos e financiamentos bancários são garantidos por itens como:
- Alienação Fiduciária de Direitos Creditórios;
 - Aplicações Financeiras.

A composição do saldo devedor em Moeda Nacional, por indexador é a seguinte:

CONSOLIDADO - 31/03/2017				CONSOLIDADO - 31/12/2016			
INDEXADOR	Eletrobras	Eletra	Total	INDEXADOR	Eletrobras	Eletra	Total
SEM INDEXADOR	3.299	-	3.299	SEM INDEXADOR	3.882	-	3.882
INPC	-	4.209	4.209	INPC	-	4.457	4.457
Total	3.299	4.209	7.508	Total	3.882	4.457	8.339

Os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

CONSOLIDADO - 31/03/2017			
Ano	Eletra	Eletrobras/ Outras Instituições	Total
2017	877	1.746	2.623
2018	1.231	1.553	2.784
2019	1.304	-	1.304
2020	797	-	797
Total	4.209	3.299	7.508

16. Fornecedores

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Fornecedores de Energia Elétrica				
- Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	51	51
- Imobilizações em Curso	-	-	9.196	5.286
TOTAL	-	-	9.247	5.337
- Materiais e Serviços	2	27	866	872
TOTAL	2	27	10.113	6.209

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Tributos e contribuições sociais

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA	-	-	8	-
IPTU A PAGAR	-	-	12	-
INSS A PAGAR	48	44	554	582
INSS SOBRE FÉRIAS E 13º SALÁRIO	-	-	814	708
INSS - RETIDO DE TERCEIROS	-	-	425	88
PIS - CORRENTE	-	-	92	83
PIS - RETIDO NA FONTE	-	1	3	4
COFINS - CORRENTE	-	-	381	392
COFINS - RETIDO NA FONTE	-	1	12	14
IMPOSTO DE RENDA - CORRENTE	292.761	292.761	293.225	292.761
IMPOSTO DE RENDA - RETIDO NA FONTE	2.257	23	2.377	34
CONTRIBUICAO SOCIAL - CORRENTE	-	-	68	5
CONTRIBUICAO SOCIAL - RETIDO NA FONTE	-	-	169	-
IOF	-	123	-	123
ISS - RETIDO DE TERCEIROS	-	-	472	72
FGTS A PAGAR	10	9	152	250
FGTS SOBRE FÉRIAS E 13º SALÁRIO	-	-	226	194
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL	70	-	70	-
TOTAL	295.146	292.962	299.060	295.310

18. Obrigações estimadas

A composição da conta obrigações estimadas é a seguinte:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
	2017	2016	2017	2016
Folha de Pagamento (a)	151	78	3.244	2.829
TOTAL CIRCULANTE	151	78	3.244	2.829

- a) Referem-se às estimativas das obrigações de férias, 13º salário e encargos sobre a folha de pagamento dos empregados da Celgpar e Controlada Celg GT.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Encargos setoriais

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	31/03/2017		31/12/2016	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Taxa de Fiscalização – ANEEL (a)	15	-	16	-
Compensação Financeira p/Utiliz.Rec.Hídricos	45	-	58	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	1.735	-	1.844	-
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D (b)	40	2.427	43	2.316
Programa de Inc. Fontes Alternativas - PROINFA	190	-	209	-
TOTAL	2.025	2.427	2.170	2.316

- (a) A Taxa de Fiscalização – Aneel foi instituída pela Lei nº. 9.247/1996 e regulamentada pelo Decreto nº. 2.240/1997. É uma receita destinada à Aneel e cobrada de todos os concessionários, permissionários ou autorizados, representada por 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do benefício econômico anual auferido;
- (b) Pesquisa & Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética – PEE: de acordo com a lei, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 0,75% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e, no mínimo, 0,25% de sua receita operacional líquida em programas de eficiência energética.

20. Provisões para contingências e com benefícios pós-emprego

20.a – Provisões para contingências:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA						
	31/03/2017			31/12/2016			
	VALOR DA PROVISÃO			VALOR DA PROVISÃO			
	No Trimestre		Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos	
Baixa	REF.	Provisão	Acumulada	Judiciais	Acumulada	Judiciais	
NAO CIRCULANTE							
Trabalhistas / Regulatórias							
Diversos	-	B.1		20	1	20	1
Total Trabalhistas	-		-	20	1	20	1
TOTAL - NAO CIRCULANTE	-		-	20	1	20	1
DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO						
	31/03/2017			31/12/2016			
	VALOR DA PROVISÃO			VALOR DA PROVISÃO			
	No Trimestre		Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos	
Baixa	REF.	Provisão	Acumulada	Judiciais	Acumulada	Judiciais	
NAO CIRCULANTE							
Trabalhistas / Regulatórias							
Diversos	-	B.1	613	6.310	369	5.697	333
Total Trabalhistas	-		613	6.310	369	5.697	333
TOTAL - NAO CIRCULANTE	-		613	6.310	369	5.697	333

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Os critérios e divulgação das Contingências Passivas consubstanciaram-se na NBC TG 25 – R1 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes).

a. Contingências Passivas

As Contingências da Controladora dizem respeito a processos de natureza trabalhista, onde a mesma figura como segunda ou terceira reclamada sendo, em todos os processos, estimada a probabilidade de perda remota pelo corpo jurídico interno da Companhia.

A Controlada Celg Geração e Transmissão – CELG GT responde por processos judiciais de natureza trabalhista, sendo efetuada a provisão suficiente para cobrir tais perdas no montante de R\$ 6.290 mil.

b. Contingências Ativas

Inexistem contingências ativas classificadas com possibilidade de ganhos praticamente certos, inclusive no âmbito tributário.

c. Prescrição Fiscal

Os lançamentos dos principais tributos, pendentes de homologação futura pela Fazenda Nacional, sujeitam a extinção completa da obrigação fiscal ao transcurso do prazo de prescrição de cinco anos contados da data do lançamento.

20.b – Provisões com benefícios pós-emprego (Ver nota 31 – Plano de aposentadoria):

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	583	583	653	653
TOTAL	583	583	653	653

21. Outros credores, obrigações sociais e trabalhistas e tributos diferidos

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017		31/12/2016	
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Folha de Pagamento - Incluindo PDV	-	-	311	-	245	-
Fundação Celg de Seguros e Previdência - Eletra	7	7	88	-	168	-
Empréstimos Consignados	3	3	379	-	429	-
Tributos Retidos na Fonte	-	-	382	-	668	-
Contribuição Sindical	3	-	3	-	-	-
Tributos Diferidos (a)	-	-	-	130.780	-	118.975
Outros	39	4	245	-	207	-
TOTAL	52	14	1.408	130.780	1.717	118.975

a- Segue abaixo a composição dos Tributos Diferidos na posição patrimonial consolidada.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rubrica	CONSOLIDADO	
	31/03/2017	31/12/2016
Imposto de renda diferido		
Diferenças temporárias passivas	655	534
Diferenças temporárias passivas - Receita financeira da concessão	12.234	9.267
Diferenças temporárias passivas - Laudo RBSE/RPC	87.953	82.312
Diferenças temporárias ativas	(4.798)	(4.730)
	96.044	87.383
Contribuição social diferida		
Diferenças temporárias passivas	236	193
Diferenças temporárias passivas - Receita financeira da concessão	4.404	3.336
Diferenças temporárias passivas - Laudo RBSE/RPC	31.663	29.632
Diferenças temporárias ativas	(1.698)	(1.675)
	34.605	31.486
PIS diferido ¹		
Diferenças temporárias passivas	19	15
	19	15
COFINS diferida ¹		
Diferenças temporárias passivas	112	91
	112	91
	130.780	118.975

¹ Tributos sobre provisão de energia elétrica de curto prazo a ser liquidada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e, sobre ajuste ao valor justo de títulos públicos (receitas financeiras).

22. Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)

COMPOSIÇÃO EM:	CONTROLADORA (PASSIVO A DESCOBERTO)		
	31/03/2017	NO TRIMESTRE	31/12/2016
Capital Realizado	973.764	-	973.764
Prejuízos Acumulados	(2.862.669)	-	(2.862.669)
(+/-) Resultado Acumulado no Trimestre	41.916	41.916	-
Total do Patrimônio Líquido	(1.846.989)	41.916	(1.888.905)
Outros Resultados Abrangentes	(11.721)	-	(11.721)
Total do Patrimônio Líquido	(1.858.710)	41.916	(1.900.626)

(a) As 32.774 mil ações ordinárias são escriturais e sem valor nominal;

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) O valor do Capital Social Realizado da Celgpar, à época de sua constituição, consta do boletim de subscrição anexo à escritura pública de constituição originária de sociedades por ações, sob a denominação da então Companhia Goiás de Participações – Goiáspar. A subscrição foi efetuada levando-se em conta a totalidade do investimento detido pelo Estado de Goiás no capital social da então Companhia Energética de Goiás, atual Celg D, cujos valores nominais se vinculam à aplicação do percentual de participação direta na Celg D, à época correspondente a 98,3262% sob o total do Patrimônio Líquido avaliado, que montava em R\$ 987.296 mil, perfazendo o total do investimento inicial em R\$ 970.770 mil.

O valor patrimonial deste investimento serviu de suporte para a escrituração contábil do capital social inicial da Celgpar no valor de R\$ 970.770 mil, correspondente ao total do Patrimônio Líquido na data de sua constituição, não evidenciando, portanto, a abertura das respectivas rubricas de reservas de reavaliação presentes no Patrimônio Líquido da Celg D. Desta forma, a realização das respectivas reservas de reavaliação da Celg D, ocorridas nos exercícios sociais seguintes e, especificamente no exercício social de 2010, onde ocorreu a sua realização parcial contra o ativo imobilizado reavaliado, provocando a diminuição do seu Patrimônio Líquido e reflexo direto no valor patrimonial do investimento, provocou o efeito direto contra prejuízos acumulados da Celgpar. Este efeito não provocou qualquer impacto nos resultados dos exercícios subsequentes à constituição da Companhia;

(c) A Administração da Celgpar, com vistas ao saneamento parcial da situação de Passivo a Descoberto da Companhia, pretende capitalizar, nos próximos exercícios sociais, os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo Estado de Goiás, que totalizaram em 31 de março de 2017 o montante de R\$ 1.422.416 mil (Ver NE 12). As outras medidas cabíveis estarão vinculadas aos resultados futuros da Controlada Celg GT.

(d) Os outros resultados abrangentes se referem ao seguinte: 1) Reflexo dos outros resultados abrangentes reconhecidos diretamente contra o Patrimônio Líquido da Celg D, concernente ao passivo atuarial vinculado ao Plano de Assistência de Saúde mantido pela mesma, no montante de R\$ 11.068 mil; 2) Passivo atuarial vinculado ao Plano de Previdência patrocinado pela Celgpar, decorrente de avaliação atuarial efetuada por atuário externo, no montante de R\$ 583 mil (Ver Nota 31); e 3) Passivo atuarial vinculado ao Plano de Previdência patrocinado pela Controlada Celg GT, decorrente de avaliação atuarial efetuada por atuário externo, no montante de R\$ 70 mil.

23. Receita de suprimento de curto prazo, receitas de construção, outras receitas e deduções da receita

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/03/2017	31/03/2016
Suprimento (21.1)	1.080	2.357
Receita de Construção (21.2) (21.3)	16.417	1.290
Outras Receitas (21.3)	51.206	14.801
(-) Deduções da Receita (21.4)	(4.839)	(7.112)
TOTAL - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	63.864	11.336

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23.1 A composição da receita de suprimento de curto prazo é a seguinte:

CLASSES	CONSOLIDADO	
	R\$mil	
	31/03/2017	31/03/2016
Suprimento	1.080	2.357
TOTAL GERAL	1.080	2.357

23.2 A receita de construção foi reconhecida pelo mesmo montante dos custos de construção pela controlada Celg GT. Tais valores são de obrigatório reconhecimento pela ITG 01 (Contratos de Concessão) e correspondem ao custo de construção das obras da concessão de geração e transmissão de energia elétrica, não existindo margem de lucro. Desta forma, a receita de construção é igual ao custo de construção. No encerramento dos trimestres findos em 31 de março de 2017 e 31 de março de 2016 as receitas consolidadas totalizaram R\$ 16.417 mil e R\$ 1.290 mil respectivamente.

23.3 Outras Receitas:

23.3.1 – Outras Receitas - Componentes da Receita Bruta:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	R\$mil	
	31/03/2017	31/03/2016
Serviços de Operação e Manutenção (a)	12.086	14.801
Serviços de Construção	16.417	1.290
Financeira da Concessão	16.556	-
Receita Laudo RBSE/RPC (b)	22.564	-
TOTAL	67.623	16.091

(a) Remuneração destinada pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão;

(b) Ver Nota Explicativa nº 8, referente ao reconhecimento de ajuste a valor justo dos Ativos Financeiros da Concessão de Transmissão.

23.3.2 – Outras Receitas Operacionais:

Descrição – Outras receitas operacionais	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Venda da folha de Pagto da CELGP – caixa	-	430	-	430
Outras receitas operacionais	-	-	383	53
Ganho líq. na ind. De ativos finan. da transmissão	-	-	-	-
TOTAL - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	-	430	383	483

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23.4 Deduções da Receita:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/03/2017	31/03/2016
PIS	289	283
COFINS	1.330	1.304
Quota para reserva global de reversão	-	390
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	46	32
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos-CFURH	67	90
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	100	84
Conta de desenvolvimento energético	2.365	4.225
Outros encargos - PROINFA	642	704
TOTAL	4.839	7.112

24. Custos, despesas operacionais e outras despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais de caráter geral e administrativo, especificados na Demonstração do Resultado do Trimestre, possuem as seguintes composições por natureza de gastos.

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONTROLADORA			
	DESPESAS		TOTAL	
	GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Pessoal e Administradores	761	410	761	410
Serviços de Terceiros	65	70	65	70
Tributos	162	91	162	91
Outras	59	53	59	53
TOTAL	1.047	624	1.047	624

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONSOLIDADO					
	CUSTO DO SERVIÇO		DESPESAS		TOTAL	
	OPERAÇÃO		GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1	-	-	-	1	-
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	138	96	-	-	138	96
Pessoal e Administradores	3.809	4.025	5.134	4.594	8.943	8.619
Material	13	41	226	65	239	106
Serviços de Terceiros	1.215	1.071	846	777	2.061	1.848
Depreciação/Amortização	76	485	158	1	234	486
Provisão/Reversão p/Crédito Liq. Duvidosa	411	21	-	-	411	21
Provisão/Reversão para Contingências	610	-	3	69	613	69
Provisão/Reversão para Redução ao Valor Recuperável	-	5.746	-	-	-	5.746
Tributos	-	428	303	93	303	521
Recuperação de Custos/Despesas	-	(35)	(3)	(4)	(3)	(39)
Custos de Construção	16.417	1.290	-	-	16.417	1.290
Outras	116	126	251	283	367	409
TOTAL	22.806	13.294	6.918	5.878	29.724	19.172

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As outras despesas operacionais, especificadas na Demonstração do Resultado, possuem as seguintes composições por natureza de gastos.

DESCRIÇÃO - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE INVESTIMENTO PERMANENTE - CELG D	-	12.880	-	12.880
TOTAL - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	-	12.880	-	12.880

25. Seguros

A Companhia e sua Controlada, em 31 de março de 2017, não possuíam apólice de seguro de seus bens e instalações. Assim sendo, e tomando por base a obrigatoriedade de contratação de seguro patrimonial prevista nos respectivos Contratos de Concessão, evidencia-se abaixo a posição das tratativas acerca deste assunto:

- 1) Atividades de Geração e Transmissão: a Administração da Controlada Celg GT efetuou, ao longo do exercício de 2014, uma pré-análise dos respectivos bens e instalações a serem segurados, tomando por base a previsibilidade desta avaliação nos respectivos Contratos de Concessão. Não obstante a isto, e considerando as tratativas vinculadas ao laudo elaborado por conta da definição do Valor Novo de Reposição dos Ativos de Transmissão não indenizados, a Administração da Controlada optou por avançar com estas definições ao longo dos exercícios de 2015 e 2016, no sentido de se contemplar os resultados conciliados desta avaliação depurando, por sua vez, possíveis sobras contábeis advindas deste processo. Esta definição deverá avançar para o exercício de 2017, em função de que os resultados da avaliação foram homologados pela Aneel, e reconhecidos pela Controlada no 3º trimestre de 2016.

26. Encargos financeiros e efeitos inflacionários

Não houve transferência de encargos financeiros e efeitos inflacionários para o ativo imobilizado em curso por não existir, no trimestre findo em 31 de março de 2017, capital de terceiros vinculado a obras em andamento.

27. Remuneração dos administradores e empregados

A remuneração de empregados e dirigentes da Celgpar e de sua Controlada observam os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Remuneração - PCR. No trimestre findo em março de 2017, a maior e menor remuneração atribuída a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de março/2017, foram R\$38 mil e R\$4 mil, respectivamente. Aos membros de diretoria e assessoria da Celgpar, a maior e menor remuneração corresponde a R\$38 mil e R\$4 mil, não sendo cumulativa para os diretores da Controladora comuns à Controlada.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativos ao trimestre findo em 31 de março de 2017:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			TOTAL
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)	
Número de Membros	9	5	3	17
Remuneração Fixa até o final do Exercício	108	60	342	510
Salário ou pró-labore	108	60	342	510
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos Resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por Participação em Reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor Total da Remuneração, por órgão	108	60	342	510

n/a = não aplicável

(1) Dois membros da Diretoria foram remunerados pela Controlada Celg GT e Um pela Celgpar, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativos ao trimestre findo em 31 de março de 2017:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)
Número de Membros	9	5	3
Valor da maior remuneração individual	4	4	38
Valor da menor remuneração individual	4	4	38
Valor médio da remuneração individual	4	4	38

n/a = não aplicável

(1) Dois membros da Diretoria foram remunerados pela Controlada Celg GT e Um pela Celgpar, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

28. Resultado financeiro

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2017 - 31/03/2017	01/01/2016 - 31/03/2016	01/01/2017 - 31/03/2017	01/01/2016 - 31/03/2016
Receitas				
Variações Monetárias	-	-	163	431
Rendas	14.306	1.978	15.654	4.991
Outras	-	-	116	345
Total das Receitas	14.306	1.978	15.933	5.767
Despesas				
Variações Monetárias	-	-	(173)	(234)
Encargos de Dívidas	-	(34.899)	(351)	(35.080)
Outras - inclui IOF	(955)	-	(966)	(17)
Total das Despesas	(955)	(34.899)	(1.490)	(35.331)
TOTAL GERAL - RESULTADO FINANCEIRO	13.351	(32.921)	14.443	(29.564)

29. Imposto de renda e contribuição social

Rubrica	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Imposto de renda e contribuição social correntes				
Contribuição social corrente	1.108	-	1.277	-
Imposto de renda corrente	3.070	-	3.534	-
	4.178	-	4.811	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Contribuição social diferida	-	-	3.119	-
Imposto de renda diferido	-	-	8.661	-
	-	-	11.780	-
	4.178	-	16.591	-

As despesas de Imposto de Renda e de Contribuição Social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos os valores líquidos destes efeitos fiscais.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado consolidado está demonstrada abaixo:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rubrica	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Resultado líquido antes dos impostos	46.094	-	58.507	(48.287)
Tributos sobre o lucro a alíquota nominal de 34%	15.672	-	31.381	(439)
Diferenças permanentes	(11.494)	-	(14.510)	(850)
Diferenças temporárias	-	-	(11.780)	1.838
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa	-	-	(274)	(165)
Diferencial de alíquota de imposto de renda	-	-	(6)	(6)
Imposto de renda e contribuição social correntes	4.178	-	4.811	378
Diferenças temporárias	-	-	11.780	-
Diferenças temporárias de exercícios anteriores	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	11.780	-
Tributos sobre o lucro	4.178	-	16.591	378
Alíquota fiscal efetiva dos tributos sobre o lucro	9,1%	0,0%	28,4%	-0,8%

30. Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado atribuível aos acionistas controladores da Companhia no trimestre findo em 31 de março de 2017 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste período, comparativamente com o trimestre findo em 31 de março de 2016 conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA	
	31/03/2017	31/03/2016
Lucro/Prejuízo Líquido do Período Atribuível aos Acionistas:		
Ações Ordinárias	41.916	(47.665)
Total	41.916	(47.665)
Média Ponderada das Ações Ordinárias	32.774	32.774
Total	32.774	32.774
Lucro/Prejuízo Básico e Diluído por Ação Ordinária	1,279	(1,454)

31. Instrumentos financeiros e riscos operacionais

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou a NBC TG 38 – R3 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração) e a NBC TG 39 – R3 (Instrumentos Financeiros: Apresentação); a Deliberação CVM 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou a NBC TG 40 – R2 (Instrumentos Financeiros: Evidenciação); e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e sua Controlada efetuaram a avaliação de seus instrumentos financeiros, sendo eles: a) Numerário disponível (equivalente ao valor contábil); b) Contas a receber (sujeitas a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; e

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Empréstimos e financiamentos (medidos a valor justo e contabilizados por valores contratuais).

a. Considerações sobre os riscos

Os negócios da Controlada Celg GT compreendem, principalmente, a geração e transmissão de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são os seguintes:

a.1 Risco de taxa de câmbio:

Esse risco decorre da possibilidade de a Controlada vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. Não há pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra tal risco. Porém, a Controlada monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a efetiva necessidade de contratação de derivativos (swap) para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

a.2 Risco de taxa de juros:

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Controlada vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos, quando aplicáveis, e vinculados a projetos específicos de infra-estrutura básica, obtidos em moeda estrangeira junto a instituições internacionais de desenvolvimento possuem taxas menores, compatíveis com tais operações, não disponíveis no mercado financeiro nacional.

a.4 Risco de crédito:

O risco de crédito surge da possibilidade de a Controlada vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco está intimamente relacionado com fatores internos e externos e para reduzir este tipo de risco a Companhia atua na gerência das contas a receber implementando políticas específicas de cobrança. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização destes.

a.5 Risco quanto à escassez de energia:

A energia vendida é gerada por usinas hidrelétricas mantidas e operadas pela Controlada no âmbito dos seus contratos de concessão. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas em função do aumento na aquisição de energia, ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento. Este risco é calculado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS que, segundo informações do plano mensal de operação divulgado no site www.ons.org.br, não prevê um programa de racionamento para os próximos dois anos.

32. Transações com partes relacionadas

As principais operações realizadas com a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT, e o Acionista Controlador Estado de Goiás, podem ser resumidas como a seguir demonstrado:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Ativo Circulante				
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (2)	3.242	1.789	-	-
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (3)	57.952	57.952	-	-
TOTAL:	61.194	59.741	-	-
Ativo Não Circulante				
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (2)	3.319	5.218	-	-
TOTAL DO ATIVO:	3.319	5.218	-	-
Passivo Não Circulante				
Estado de Goiás (1)	2.057.785	2.157.785	2.057.785	2.157.785
TOTAL DO PASSIVO:	2.057.785	2.157.785	2.057.785	2.157.785

- (1) Refere-se ao Contrato de Assunção de Dívida efetuado pelo Estado de Goiás com a Caixa Econômica Federal, referente ao Contrato de Financiamento nº. 0412.113-76/2014;
(2) Contrato de Mútuo Financeiro firmado entre a Celgpar e a Celg GT, assinado em 28 de dezembro de 2016;
(3) Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pela Celg GT, em 31.12.2016.

33. Plano de aposentadoria

A Celgpar é patrocinadora da FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA - ELETRA, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos empregados da companhia. A seguir, apresentam-se as principais informações quanto aos benefícios aos associados e seus reflexos na patrocinadora:

a) Definição dos tipos de benefícios

A Celgpar, através da ELETRA, oferece aos seus empregados o plano denominado Plano Misto de Benefícios - CELGPREV, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de Contribuição Definida - CD, durante o período de acumulação e de Benefício Definido, na fase de pagamento.

A Celgpar tem responsabilidade, no Plano Misto, e na fase de acumulação, variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a Companhia assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

b) Descrição do Plano Misto de Benefícios - CELGPREV

b1) Características

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos e pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os benefícios do Plano são os seguintes:

BENEFÍCIO
Suplementação de Aposentadoria
Suplementação de Aposentadoria por Invalidez
Suplementação de Pensão
Suplementação de Abono Anual

c) Estatísticas dos participantes e assistidos do Plano CELGPREV

ESTATÍSTICAS	CONTROLADORA
	31/03/2017
Participantes Ativos	3
Idade Média (anos)	51
Salário Médio (R\$)	5.754
Aposentados Válidos	1
Idade Média (anos)	58
Benefício Médio (R\$)	5.899
Aposentados Inválidos	-
Idade Média (anos)	-
Benefício Médio (R\$)	-
Pensionistas (número de beneficiários)	-
Idade Média (anos)	-
Benefício Médio (R\$)	-

d) Custo do Patrocinador

Até o final do trimestre findo em 31 de março de 2017, o montante de contribuições da Celgpar para a ELETRA foi de R\$ 20 mil.

e) Política adotada para reconhecimento de Perdas e Ganhos atuarias

e1) De acordo com a Lei Complementar nº. 108, de 29 de maio de 2001, os resultados deficitários dos planos devem ser equacionados paritariamente entre as Patrocinadoras, os Participantes e os Assistidos, enquanto que os superávits são destinados à constituição de reserva de contingência.

e2) De acordo com a divulgação dos Resultados Atuariais, efetuado por empresa de consultoria independente, com base na NBC TG 33 – R1 (Benefícios a Empregados), o Plano Celgprev apresentou montante para Valor da Obrigação Atuarial do Plano, comparativamente aos resultados de 31/12/2015, a qual foi oriunda, fundamentalmente, da concessão de benefício programado, na modalidade de Benefício Definido, uma vez que no período de acumulação, a formação de reserva desse benefício decorre da acumulação de saldos de conta (Fundo Individual e Patrocinadora). Desta forma foi efetuado o reconhecimento de passivo atuarial no

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

valor de R\$ 583 mil, contra resultados abrangentes, à luz da NBC TG 33 – R1 (Benefícios a Empregados).

34. Outras informações

a. Prorrogação das Concessões de Geração e Transmissão de Energia Elétrica

A Controlada Celg GT, mesmo com o contrato de concessão da Usina Hidrelétrica de São Domingos vencido, continua com a operação, manutenção e administração da mesma. No entanto, o MME, através da Portaria nº. 190, de 6 junho de 2013, designou como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica desta Usina a empresa Furnas Centrais Elétricas S.A. Após isto, o MME revogou esta Portaria, editando a Portaria nº. 352, de 10 de outubro de 2013, designando novamente a Controlada Celg GT como responsável pela Usina, a partir de 1º de novembro de 2013, sendo que esta prestação do serviço de geração de energia será realizada até a assunção do concessionário vencedor da licitação.

Com relação à concessão de Transmissão, optou-se pela renovação da mesma, tendo sido assinado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº. 063/2001-ANEEL, com vigência até 5 de dezembro de 2042. O valor da indenização desta concessão, estipulado em R\$ 98.740.514,73 (noventa e oito milhões, setecentos e quarenta mil, quinhentos e quatorze reais e setenta e três centavos), vem sendo recebido parceladamente pela Celg GT, atualizadas pelo IPCA e acrescidas pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano.

Não obstante as decisões acerca do tratamento destas renovações terem estipulado os desdobramentos acima, observa-se que a análise da Administração da Celg GT, conjuntamente ao Conselho de Administração e Assembleia Geral de Acionistas da Controladora Celgpar, apontam que tanto a Receita Anual Permitida, quanto os valores de indenizações relativas às concessões de geração e transmissão não atenderam às expectativas da Celg GT.

Desta forma, o Conselho de Administração da Controladora Celgpar e, respectivamente, a Assembleia Geral de Acionistas, deliberaram pela aprovação da execução de todas as providências administrativas e judiciais, objetivando evitar prejuízo à Celg GT e, sucessivamente, buscar a preservação das concessões de geração e transmissão e, concomitantemente em relação às indenizações.

Neste sentido, foram implementadas todas as medidas administrativas e judiciais, visando auferir indenizações, pertinentes à geração e transmissão, de todos os ativos ainda não depreciados, independente do previsto na Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012, sendo que estas medidas encontram-se na esfera judicial com os seguintes andamentos:

- O Processo Judicial referente às Concessões de Geração requer o reconhecimento do direito adquirido de prorrogar a concessão da Usina de São Domingos por mais 20 (vinte) anos, em decorrência da aplicação dos termos do Contrato de Concessão 062/2000 e da Celg GT ter cumprido todas as condições impostas para a obtenção da prorrogação. Requer em pedido alternativo a quantificação da indenização desta Usina para fins de não prorrogação do Contrato de Concessão. Para Usina de Rochedo, foi requerido o reconhecimento da possibilidade de sua ampliação nos termos do contrato 062/2000 e não conforme o regime de cotas definido na MP 579/2012;

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- O Processo Judicial referente à Concessão de Transmissão requer a elaboração de novo cálculo da RAP (Receita Anual Permitida), considerando-se os reais custos de operação do sistema, e a majoração da indenização dos ativos de transmissão, garantindo o direito ao contraditório na elaboração destes cálculos.

Ambos processos judiciais encontram-se em tramitação no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em grau de recurso pela Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT.

b. Conciliação entre o Prejuízo Líquido e o Caixa Líquido Gerado/Consumido nas Atividades Operacionais

Conforme as orientações do item 20A da NBC TG 03 – R2 (Demonstração dos Fluxos de Caixa), a conciliação entre o prejuízo líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais deve ser fornecida, caso a entidade utilize o Método Direto para apurar o fluxo líquido das atividades operacionais. Abaixo a referida conciliação:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	41.916	(47.665)	41.916	(47.665)
MAIS	955	49.449	30.573	55.786
Depreciação	-	-	234	486
Provisão para Desvalorização de Participações Societárias Permanentes	-	12.880	-	12.880
Perda de Equivalência Patrimonial	-	1.670	-	-
Custo da Construção	-	-	16.417	1.290
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	411	21
Outras Despesas Financeiras - Variações Monetárias	955	34.899	1.093	35.264
Outros Custos e Despesas e Provisões/Reversões	-	-	-	78
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-	-	-	5.746
Diferimento de Tributos	-	-	11.805	21
MENOS	(48.096)	(1.978)	(79.891)	(9.169)
Ganho de Equivalência Patrimonial	(33.790)	-	(9.561)	(2.510)
Receita da Construção	-	-	(16.417)	(1.290)
Outras Receitas Financeiras - Variações Monetárias	(14.306)	(1.978)	(14.760)	(5.335)
Provisão de Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE	-	-	-	(21)
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	(13)
Receita Financeira da Concessão	-	-	(16.556)	-
Receita operacional - Laudo RBSE/RPC	-	-	(22.564)	-
AJUSTES POR VARIAÇÃO NO CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO	11.236	(306)	12.530	1.948
Contas a receber	-	-	3.587	(247)
Créditos fiscais	-	-	(1.356)	(1.009)
Outros devedores	-	-	68	134
Variações Ativas - Transação com partes relacionadas	-	-	-	-
Estoques	-	-	(490)	-
Despesas pagas antecipadamente	(31)	-	(387)	(284)
Fornecedores	(25)	-	(13)	229
Obrigações Sociais e Trabalhistas	-	1	(584)	327
Tributos e contribuições sociais	2.184	58	2.762	727
Obrigações estimadas	73	31	73	31
Encargos Setoriais	-	-	(34)	319
Benefício Pós-Emprego	-	-	(80)	(75)
Outros credores	38	(412)	(13)	(468)
Receitas financeiras recebidas	-	-	-	349
Despesas financeiras pagas	-	-	-	(162)
Tributos sobre o lucro	-	-	-	(540)
Outras variações ativas e passivas	2.004	16	2.004	16
Rendimentos de aplicações financeiras	6.993	-	6.993	2.601
CAIXA LÍQUIDO GERADO(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	6.011	(500)	5.128	900

c. Autorização de Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias

Eventos subsequentes ao período a que se referem essas Demonstrações Financeiras Intermediárias são eventos, favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data final do período a que se referem, ou seja, 31 de março de 2017, e a data na qual é autorizada a emissão dessas Demonstrações.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias de 31 de março de 2017 da Celgpar tiveram sua emissão autorizada no âmbito da Diretoria em 15 de maio de 2017, e foram apreciadas no âmbito do Conselho Fiscal em 15 de maio de 2017.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. Continuidade Operacional

Objetivando estabelecer as condições de continuidade operacional da Companhia, a Administração da Celgpar pretende implementar as seguintes medidas nos próximos exercícios sociais:

- i. No saneamento parcial da situação de Passivo a Descoberto capitalizar, dada à condição de Companhia Aberta da Celgpar, os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo Estado de Goiás, que totalizaram em 31 março de 2017 o montante de R\$ 1.422.416 mil (Ver NE 12);
- ii. Manter as solicitações de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, junto ao Estado de Goiás, em níveis condizentes com sua execução orçamentária, buscando garantir a situação de adimplência com fornecedores, governo e financiadores;
- iii. Estabelecer condições de gerenciamento e captura dos resultados futuros e fluxo de dividendos da Controlada Celg GT, a partir da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessões de geração e transmissão.

e. Registro de Oferta Pública de Aquisição de Ações de Emissão da Companhia Celg de Participações - Celgpar

Em 3 de julho de 2015, a Celgpar, por solicitação do Governo do Estado de Goiás, seu acionista controlador, divulgou e comunicou Fato Relevante através do qual informou que procedeu o registro de Oferta Pública de Aquisição de Ações da Celgpar – OPA, que visa a aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia em circulação, ou seja, 74.389 (setenta e quatro mil, trezentos e oitenta e nove) ações, representativas de 0,2270% (dois mil, duzentos e setenta décimos de milésimos por cento) do capital social da Celgpar, com vistas ao posterior cancelamento do registro de Companhia Aberta da Celgpar. Por meio de Comunicado ao Mercado, a Celgpar informou que o edital de oferta pública para a aquisição da totalidade das ações encontrava-se à disposição de todos os acionistas, tendo o leilão ocorrido no dia 30 de agosto de 2016. O resultado do leilão, conforme Fato Relevante divulgado em 6 de setembro de 2016, determinou o insucesso da OPA, permanecendo a Celgpar registrada na pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta categoria “A”, e mantida a listagem das ações de sua emissão no seguimento tradicional da BM&FBovespa.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Flávio Lopes de Assis, Paulo Roberto Miguez Bastos da Silva, José Fernando Navarrete Pena, Non Albernaz, Sérgio Augusto Inácio de Oliveira.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Moacyr Augusto da Silva Salomão, Leonardo Michelsen Monteiro de Barros.

DIRETORIA

Braulio Afonso Morais
Diretor-Presidente
CPF: 082.965.101-20

Humberto Tannus Júnior
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores

Glória Edwiges Miranda Coelho
Diretora de Gestão Corporativa
CPF: 339.755.661-91

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91